



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

1

2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE,**
3 **REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E**
4 **VINTE E CINCO (24/09/2025) (gravação de áudio arquivado na Secretaria**
5 **deste Conselho).** O presidente do Conselho Newton Fernando Veteri solicitou
6 autorização ao plenário para que a enfermeira Daniela Aguiar apresentasse
7 uma explanação sobre o **COAPES** (Contrato Organizativo da Ação Pública de
8 Ensino e Saúde), considerando que a mesma possuía outros compromissos.
9 Não havendo objeções, concedeu-lhe a palavra. A enfermeira Daniela, da
10 Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica, cumprimentou os presentes e
11 iniciou sua explanação destacando o apoio às parcerias entre a Secretaria de
12 Saúde e as instituições de ensino, tanto de nível superior quanto técnico, além
13 dos programas de residência médica. Explicou que todos os equipamentos de
14 saúde do município de Catanduva integram essa parceria, que se formaliza por
15 meio do COAPES (Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Serviço)
16 para cursos de ensino superior, e, no caso do ensino técnico, por meio de
17 convênios firmados com a Prefeitura. Informou que o COAPES foi assinado no
18 período de 2017 a 2020, com validade de cinco anos, estando próximo de seu
19 vencimento. Ressaltou que o contrato prevê a existência de um comitê gestor
20 local, composto por discentes e docentes das instituições de ensino,
21 profissionais da rede municipal de saúde, membros da gestão e também da
22 participação popular, representada pelo Conselho Municipal de Saúde. Apesar
23 de atualmente pouco ativo, a gestão tem a intenção de retomar o
24 funcionamento do comitê e elaborar um novo contrato, incluindo também os
25 cursos técnicos. Salientou que todos os campos de prática estão integralmente
26 disponíveis para os alunos, visto que o Ministério da Saúde e o MEC
27 consideram fundamental a formação dentro e para o SUS. Observou que a
28 presença dos alunos contribui para a qualidade do atendimento, uma vez que
29 as unidades e profissionais tendem a cumprir os protocolos de forma mais
30 rigorosa. Por outro lado, destacou que, embora os alunos utilizem insumos e
31 recursos do município durante suas atividades práticas, o contrato prevê
32 contrapartidas por parte das instituições de ensino. Entre elas, estão o
33 compartilhamento de espaços, oferta de cursos, parcerias e descontos em
34 programas de pós-graduação. Ao final, Daniela informou que será necessário

indicar um conselheiro para integrar o comitê gestor local, conforme previsto no contrato, tendo em vista que a função deste comitê é fiscalizar o bom andamento do COAPES. A enfermeira Daniela complementou explicando que, atualmente, o COAPES contempla apenas instituições de ensino superior, mas a intenção da gestão é incluir também os cursos técnicos. Informou que quatro escolas técnicas utilizam os campos de prática no município — CETEC, SEMI, Elias e SENAC —, que atualmente são vinculadas à Prefeitura pela Secretaria de Administração, mas que passariam a integrar um contrato único pela saúde. Ressaltou que o contrato é assinado pelos presidentes das instituições e pelo gestor local do SUS, cabendo ao comitê acompanhar seu bom andamento. Esclareceu, em resposta a questionamento do conselheiro Fernando, que não há requisitos específicos para compor o comitê, bastando ser conselheiro municipal de saúde, independentemente do segmento de representação. Destacou que se trata de uma parceria de extrema importância, gratuita e de via dupla, que não envolve recursos financeiros, mas contrapartidas relevantes das instituições de ensino voltadas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde no SUS. Ressaltou ainda que há fluxos bem definidos para recebimento de alunos nas unidades, amparados por nota técnica do Secretário de Saúde, termos de compromisso e previsão contratual, de modo a evitar vínculos de trabalho ou situações de risco desprotegido para os estudantes. Por fim, lembrou que o COAPES foi instituído em 2015, por portaria interministerial entre o MEC e o Ministério da Saúde, com o objetivo de garantir que a formação dos alunos ocorra no SUS e para o SUS, evitando a criação de uma formação restrita a ambientes artificiais. Destacou que essa vivência proporciona ao estudante compreender os desafios reais do sistema, contribuindo para sua qualificação e para o fortalecimento do SUS. Concluiu sua fala agradecendo e devolvendo a palavra à mesa. Veteri agradeceu a participação da enfermeira Daniela e, em seguida, deu continuidade à reunião com os **informes da mesa diretora**. Informou que o secretário Adriano havia solicitado correção de algumas falas registradas na ata anterior, o que já foi devidamente ajustado e encaminhado aos membros. Na sequência, mencionou

uma solicitação realizada anteriormente pela conselheira Benedita, referente ao estacionamento do Conselho, comunicando que a demanda foi encaminhada. A conselheira Benedita de Fátima Donadon, representante dos usuários, Distrito V, esclareceu que sua solicitação sobre o estacionamento do Conselho surgiu após observar veículos de terceiros utilizando o espaço, possivelmente para evitar o pagamento da zona azul. Relatou que essa prática tem causado transtornos, dificultando o acesso dos conselheiros durante as reuniões. Mencionou que, anteriormente, havia uma corrente no local para evitar tais situações, e que chegou a conversar com a conselheira Thaisa sobre o assunto durante uma vistoria realizada nas obras do Conselho. Informou ainda que Thaisa havia comentado sobre a existência de uma legislação que poderia impedir a colocação da corrente, comprometendo-se a analisar o caso e apresentar um retorno. Benedita reforçou que a dificuldade de estacionamento já vinha sendo apontada por outros conselheiros e destacou que acompanha o grupo de fiscalização de obras junto com Thaisa e Cristiane. Veteri informou que a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana foi acionada para avaliar a situação do estacionamento do Conselho, sendo encaminhadas fotografias da fachada, da sinalização e de veículos de terceiros que ocupavam o espaço para evitar o pagamento da zona azul. Comunicou, entretanto, que o Secretário de Mobilidade Urbana, João Paulo, indeferiu a solicitação, alegando ausência de previsão legal que autorizasse a reserva de vagas no local. Acrescentou que também foi solicitada a instalação de uma corrente, como havia anteriormente, mas o pedido não foi atendido, sob a justificativa de que tal medida desconfiguraria a estrutura do prédio. Veteri destacou estranhar a negativa, já que a corrente existia antes da reforma, mas reforçou que o indeferimento foi mantido, cabendo aos conselheiros utilizar o espaço sem restrição, da mesma forma que demais cidadãos. Na sequência, apresentou o segundo informe, relativo a questionamento feito pela conselheira Benedita sobre a entidade ARCOS, que atualmente ocupa um imóvel pertencente à Secretaria de Saúde. Informou que, segundo entendimento da municipalidade, não há conflito de interesse nessa situação, uma vez que apenas caracterizaria

vínculo de verba pública. Assim, a entidade será notificada e passará a compor o Conselho Municipal de Saúde a partir da próxima reunião. Por fim, Veteri abriu espaço para que os coordenadores das comissões permanentes apresentassem seus informes. A conselheira Ana Carolina Cordeiro Rulli, representando o Conselho Regional de Psicologia informou, em nome da Comissão de Comunicação e Educação, que aguardavam a confirmação de uma palestrante para a realização de um evento destinado aos conselheiros. Relatou que a resposta chegou após a entrega dos relatórios, mas de forma positiva, uma vez que a palestrante se dispôs a considerar a atividade como curso de extensão, sem custos para o Conselho. Comunicou que a comissão está organizando o evento para o dia 18 de novembro, às 18 horas, com a participação dos conselheiros, suplentes e conselheiros locais, tendo como tema central o papel do conselheiro. O conselheiro Guido Corsini Neto, representante da ACE, registrou agradecimento em relação à instalação do totem na entrada do Conselho. Destacou o empenho da servidora Kátia Martins, da Secretaria, que conduziu com agilidade os trâmites burocráticos necessários, prestando orientação fundamental para viabilizar o processo. Sugeriu, inclusive, que fosse considerada a possibilidade de uma moção de reconhecimento pelo trabalho realizado. Manifestou também agradecimento ao setor de comunicação da Secretaria e lembrou que a proposta inicial de instalação do totem havia sido sugerida pelo conselheiro Edinho, o que deu origem às tratativas para sua concretização. Por fim, ressaltou a importância de dar continuidade à instalação da placa e de realizar, em breve, a reunião de planejamento do próximo ano, conforme já previsto. Benedita agradeceu pela realização da reunião com as comissões, destacando que muitas ações puderam ser colocadas em prática. Em seguida, relatou que, em conversa com Fernando e Leonardo, foi sugerido que, nas próximas reuniões, os pareceres já sejam elaborados diretamente no painel do computador durante os encontros. Segundo ela, isso trará mais agilidade, evitará retrabalhos e eliminará a necessidade de posteriores discussões em grupos de mensagens, já que todos poderão deliberar no momento. Ressaltou ainda que, nas reuniões em que assumiu a coordenação — de ações e serviços e de prestação de contas —,

135 pretende adotar esse novo formato, semelhante ao utilizado nas reuniões da
136 Secretaria da Saúde, para garantir mais objetividade e clareza, reduzindo
137 dúvidas ou interpretações divergentes. Fernando iniciou a análise, discussão e
138 votação **da ata da reunião ordinária do mês de agosto**, lembrando que a
139 versão enviada já contemplava a alteração solicitada pelo conselheiro Adriano.
140 Solicitou que os membros manifestassem eventual discordância ou
141 informassem caso não tivessem tido tempo de analisar. A ata foi **aprovada por**
142 **unanimidade**. Em seguida, mencionou a **ata da reunião extraordinária**
143 realizada apenas com as comissões, que apresentava um problema de registro
144 de fala, sendo informada a correção para análise na próxima reunião. Fernando
145 passou, então, à análise, discussão e votação do **relatório das prestações de**
146 **contas** da Secretaria de Saúde, englobando os meses de **junho e julho**,
147 lembrando que a prestação de junho havia sido adiada anteriormente. Informou
148 que, na segunda-feira, participou de reunião da Comissão de Finanças, na qual
149 se chegou a um consenso quanto ao teor da ata. Em seguida, concedeu a
150 palavra à conselheira Benedita, coordenadora da Comissão de Finanças, para
151 a leitura do parecer sobre o relatório. A conselheira Benedita, coordenadora da
152 Comissão de Finanças, apresentou a análise dos relatórios de prestação de
153 contas referentes aos meses de junho e julho de 2025, detalhando contratos e
154 aditamentos em vigor. Destacou o contrato 146/2025, destinado à prestação de
155 serviços odontológicos, com vigência de 10 de junho de 2025 a 10 de junho de
156 2026 e valor total de R\$ 194.000, contemplando próteses parciais e totais.
157 Também mencionou aditamentos de convênios anteriores, como o Convênio
158 1/2022, aditamento número 7, vigente de 1 de junho a 1 de setembro de 2025,
159 no valor de R\$ 136.482,62, com reajuste pelo IPCA, e o contrato 118/2024,
160 relativo à UBS/Hospital Mahatma Gandhi, cujo aditamento número 8 prorrogou
161 o prazo por 12 meses sem alteração de valores, e o aditamento número 9,
162 referente ao repasse complementar de recursos federais do piso de
163 enfermagem. Além disso, abordou o Convênio 2/2022, da Associação a Fazer
164 o Bem, com aditamento número 5, prorrogado por 12 meses e proveniente do
165 INIES, bem como o Termo de Fomento 4/2023 da Associação Beneficente de
166 Pindorama, prorrogado por 12 meses sem alterações de valores. Após a

análise documental e técnica, a Comissão verificou a conformidade das informações prestadas e a compatibilidade das despesas com os objetivos pactuados. Diante disso, a Comissão de Orçamento e Finanças opinou pela aprovação com ressalvas dos relatórios de prestação de contas de junho e julho de 2025, incluindo os aditamentos e contratos em vigor, em razão das investigações sobre possíveis fraudes no Hospital Mahatma Gandhi e da falta de recomposição da conta de provisionamento. Adicionalmente, a Comissão analisou o Plano Municipal 2026-2028 e opinou pela sua aprovação, recomendando acompanhamento contínuo dos aditamentos e contratos, especialmente no que tange à aplicação dos recursos do piso de enfermagem e aos serviços odontológicos prestados pela contratada. O registro final da análise ocorreu em Catanduva, em 22 de setembro de 2025. Veteri abriu as discussões sobre as prestações de contas da Secretaria de Saúde, indagando se algum conselheiro desejava se manifestar. Não havendo manifestações, colocou em votação as prestações de contas, com ressalvas referentes à OS Mahatma Gandhi, conforme explicado pela conselheira Benedita no parecer.

Aprovadas por unanimidade, as contas foram registradas com as devidas **ressalvas**. Em seguida, Veteri passou ao **oitavo item** da pauta, informando que, anualmente, o Conselho deve realizar um curso de capacitação para os conselheiros, destacando que o **Dr. Ricardo Chaves**, do Conselho Estadual de Saúde, já ministrou palestra em Catanduva. Veteri informou que foi contatado o Dr. Ricardo Chaves, do Conselho Estadual de Saúde, para ministrar o curso de capacitação anual dos conselheiros, destacando que ele não cobra pela palestra, apenas despesas com estadia e alimentação. O curso será realizado em dois dias, configurando-se como reunião extraordinária, com participação obrigatória de todos os conselheiros, sendo programado para sexta à noite e sábado à tarde. Veteri explicou que, além da apresentação introdutória sobre o funcionamento do conselho e as obrigações dos conselheiros, o curso abordará a parte documental, incluindo o acompanhamento de relatórios e documentos obrigatórios. Em seguida, colocou em votação a aprovação do curso, que foi **aprovada por unanimidade**. Prosseguindo, abordou o **nono item** da pauta, referente à indicação de membros do **Grupo de Trabalho**, a ser

201 apresentado pela conselheira Ana Carolina Cordeiro Rulli. Lembrou que a
202 criação do Grupo de Trabalho havia sido aprovada na reunião anterior e
203 regulamentada por resolução encaminhada a todos os conselheiros. Ressaltou
204 que Ana Carolina foi escolhida como coordenadora do grupo e que os nomes
205 indicados para compor o Grupo de Trabalho deverão ser submetidos à
206 aprovação do plenário, podendo ser aceitos ou rejeitados individualmente. Em
207 seguida, passou a palavra à conselheira Ana Carolina para a leitura completa
208 do documento, a fim de constar integralmente na ata. A conselheira Ana
209 Carolina Cordeiro Rulli, designada coordenadora do Grupo de Trabalho de
210 Apoio à Comissão de Orçamentos e Finanças, apresentou a composição do
211 grupo e iniciou suas atividades. Destacou que a criação do grupo está
212 amparada pelo artigo 17 do Decreto Municipal, que permite a formação de
213 grupos compostos por conselheiros e convidados externos, considerando
214 também as diretrizes da Lei Federal nº 8.142/1990, que assegura a
215 participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, bem como
216 a necessidade de maior rigor técnico e transparência na análise da execução
217 orçamentária e financeira municipal. A composição do grupo inclui Ademir
218 Antônio Ortiz Cáceres, aposentado com experiência em comunicação e
219 produção estática; Antônio Bento da Cunha, aposentado e ex-supervisor geral
220 de manutenção; Hélio Pellegrino Júnior, dentista e ex-diretor de saúde bucal de
221 Catanduva; Rafael Aparecido Poletti, contador; e Armando Antunes, construtor
222 civil. O Grupo de Trabalho terá início em 14 de outubro de 2025, às 8 horas,
223 com a finalidade de apoiar a Comissão de Orçamentos e Finanças na análise
224 de prestações de contas, contratos, convênios e demais documentos
225 financeiros, fortalecendo o controle social e propondo medidas de maior
226 transparência e eficácia. Como coordenadora, Ana Carolina será responsável
227 por organizar as atividades, convocar reuniões e encaminhar relatórios e
228 pareceres ao plenário do Conselho. Veteri explicou que a votação para
229 aprovação dos membros do Grupo de Trabalho seria realizada individualmente,
230 permitindo que cada nome fosse aprovado ou rejeitado separadamente. O
231 conselheiro Marco Cesar Gussoni, representante da OAB solicitou
232 esclarecimentos sobre a atuação do grupo, questionando se ele trabalharia

exclusivamente junto à Comissão de Finanças e se haveria datas definidas para as reuniões. Veteri confirmou que o grupo atuará junto à Comissão de Finanças e seguirá datas previamente determinadas, esclarecendo que não haverá interferência de outros grupos ou comissões, mantendo a atuação restrita ao escopo definido. Gussoni também questionou sobre o respaldo jurídico do grupo, e Veteri afirmou que a atuação do Grupo de Trabalho está devidamente respaldada pelo regimento interno e pela Lei nº 7.409, de 2018, garantindo a legalidade e conformidade das atividades propostas. A conselheira Thaisa Garcia de Oliveira, representando a Secretaria de Saúde, fez uma análise da resolução e da legislação vigente, esclarecendo que, conforme o regimento do Conselho Municipal de Saúde, os grupos de trabalho devem ser compostos por conselheiros municipais, titulares ou suplentes, não havendo previsão para conselheiros locais. Ela destacou que a resolução prevê a participação de convidados externos com conhecimento técnico, como advogados, contadores e especialistas, observando que, até o momento, apenas um contador e Hélio Pellegrino poderiam ser considerados com conhecimento técnico. Thaisa enfatizou a necessidade de que a composição do Grupo de Trabalho respeite a legislação e a representatividade, sendo submetida à aprovação do plenário, e indicou que havia procurado confirmar se os nomes indicados estavam em conformidade com a resolução e o regimento do conselho. Ressaltou que seu posicionamento se baseava na leitura da lei e da resolução, buscando assegurar que a escolha dos membros estivesse legalmente adequada. Veteri esclareceu que o Artigo 17 da Lei nº 7.409, de 2018, estabelece que os grupos de trabalho podem ser compostos por conselheiros e convidados externos, sem especificar se seriam conselheiros municipais, locais ou regionais. Thaisa reforçou que, embora a lei não faça essa distinção, o regimento interno trata especificamente de conselheiros municipais, e os conselheiros locais seguem outro regime. Ela destacou que, caso membros externos participem do grupo como convidados, sua inclusão deve respeitar a aprovação do plenário e estar vinculada à exigência de conhecimento técnico, como advogados, contadores ou especialistas.

267 Veteri explicou que a composição dos grupos de trabalho deve ter entre três e
268 cinco membros, respeitando sempre que possível a representatividade. Caso
269 não haja o mínimo de participantes, o presidente pode nomear membros para
270 completar o grupo, e se houver mais de cinco interessados, a escolha será feita
271 em plenário, priorizando conselheiros que não integrem outros grupos. A
272 substituição ocorre quando um membro falta três reuniões consecutivas sem
273 justificativa. Ele detalhou ainda que os grupos são conduzidos por um
274 coordenador e um relator, responsáveis por organizar atividades e elaborar
275 pareceres. Destacou que, segundo os artigos do regimento, comissões e
276 grupos de trabalho podem ser setoriais ou intersetoriais, permanentes ou
277 transitórias, e têm caráter complementar à atuação do Conselho Municipal de
278 Saúde, sendo destinados exclusivamente ao atendimento das demandas do
279 plenário. Veteri reforçou que o grupo de trabalho em questão foi definido como
280 estritamente técnico para dar suporte à comissão e ao conselho, justificando a
281 necessidade de membros com conhecimento específico, como advogados ou
282 contadores. Ana Carolina defendeu a escolha dos membros do grupo de
283 trabalho, destacando a experiência e o conhecimento técnico de cada um. Ela
284 ressaltou que Hélio Pellegrino, além de ser ex-conselheiro, já atuou na
285 secretaria e possui amplo entendimento sobre convênios e o funcionamento de
286 comissões de orçamentos e finanças. Antônio Bento, também ex-conselheiro,
287 tem experiência na comissão e conhecimento relevante. O contador do grupo
288 agrega competência técnica específica para análise financeira, enquanto
289 Ademir Ortiz, com formação em jornalismo, traz habilidades em leitura e
290 interpretação de documentos orçamentários. Por fim, Armando Antunes
291 contribui com sua experiência em construção civil, especialmente em relação a
292 contratos com o Hospital Mahatma Gandhi, demonstrando que todos os
293 integrantes possuem histórico de atuação que os qualifica para dar suporte
294 técnico à comissão e ao conselho. Ana Carolina complementou sua defesa
295 destacando que o conhecimento técnico necessário para o grupo de trabalho
296 não se limita apenas à formação formal, mas também à experiência prática. Ela
297 citou Armando Antunes como exemplo, explicando que seu conhecimento em
298 construção civil foi essencial para compreender os gastos reais com reformas e

obras, algo que nem sempre é evidente apenas pela análise documental. Além disso, ressaltou que o conhecimento técnico pode vir de diferentes fontes, incluindo pessoas que, embora não tenham títulos específicos, possuem experiência prática relevante que agrega valor à análise da comissão e ao trabalho do grupo. Veteri contextualizou a importância de ter integrantes com conhecimento técnico, usando como exemplo uma situação anterior envolvendo a usina de oxigênio da UPA. Ele explicou que, na época, a falta de um projeto elétrico adequado causou danos aos aparelhos, evidenciando a necessidade de profissionais capacitados para evitar falhas técnicas. Em seguida, abriu a votação para o primeiro nome indicado por Ana Carolina, Ademir Antônio Ortiz Cáceres, ex-jornalista aposentado, pedindo que os conselheiros favoráveis permanecessem como estavam e os contrários se manifestassem. Durante a votação do primeiro nome indicado para o Grupo de Trabalho, vários conselheiros se posicionaram contra a aprovação de Ademir Antônio Ortiz Cáceres, justificando que ele não possuía o conhecimento técnico exigido pelo plenário conforme decidido anteriormente. Alguns se abstiveram por não terem participado da reunião anterior. Ao final, com 12 votos contrários, Ademir foi **recusado** para integrar o grupo. Na votação do segundo nome indicado para o Grupo de Trabalho, Antônio Bento da Cunha, ex-conselheiro municipal, recebeu votos divergentes: alguns conselheiros se posicionaram contra por não considerar que ele possuía o conhecimento técnico exigido e por não ser conselheiro municipal de saúde, enquanto outros votaram a favor, reconhecendo sua experiência prévia em comissões e contratos. Ao final, com 10 votos favoráveis, 5 contrários e 2 abstenções, Antônio Bento da Cunha foi **aprovado** para integrar o grupo. Na votação referente ao terceiro indicado, Dr. Hélio Sérgio Pelegrino Júnior, dentista e ex-conselheiro de saúde bucal, houve divergência sobre a adequação de seu conhecimento técnico à função do Grupo de Trabalho. Apesar de alguns conselheiros reconhecerem sua experiência na área de saúde, a maioria considerou que ele não atendia aos critérios definidos pelo plenário, que exigiam conhecimento técnico em áreas como contabilidade e análise de contratos. Ao final, a votação resultou em 10

votos contra, 6 a favor e 2 abstenções, sendo Dr. Hélio Pellegrino Júnior **recusado** para integrar o grupo. Na votação do quarto indicado, Rafael Aparecido Poletti, contador, houve ampla concordância entre os conselheiros, pois ele atendia aos critérios definidos pelo plenário de conhecimento técnico, como contadores, advogados e especialistas. A votação resultou em 17 votos a favor e uma abstenção, sendo Rafael Aparecido Poletti **aprovado** para integrar o Grupo de Trabalho. Na votação do último indicado, Armando Antunes, consultor civil e ex-conselheiro municipal, prevaleceu a interpretação de que a escolha deveria se basear estritamente em conhecimento técnico, conforme definido pelo plenário. A votação resultou em 11 votos contrários, 3 favoráveis e 4 abstenções, levando à **rejeição** de Armando Antunes. Assim, o grupo de trabalho ficou provisoriamente composto por **Antônio Bento da Cunha e Rafael Aparecido Poletti**. Veteri reforçou que o resultado das votações reflete o exercício democrático, lembrando que, ao final, toda a análise dos nomes será encaminhada ao departamento jurídico para validação, caso surjam dúvidas sobre a participação de algum membro. Guido ressaltou que o termo “especialista” é amplo e sugeriu que constasse na ata para que o jurídico pudesse avaliar sua interpretação. Thaisa enfatizou que, na ata, deve constar que a exigência é de “conhecimento técnico”, diferenciando experiência prática de especialização formal. Ana Carolina acrescentou que “especialista” poderia se referir a quem possui formação ou especialização na área de saúde, mas destacou que a discussão detalhada sobre o conceito não seria feita naquele momento. Veteri finalizou lembrando que interpretações mais precisas podem ser solicitadas ao jurídico ou a um especialista em língua portuguesa, pois não cabe ao conselho definir sozinhos o significado exato do termo. Veteri iniciou a votação do **Plano Municipal de Saúde 2026-2029**, solicitando à secretaria que conduzisse a apresentação. Alessandra Merighi Montes Mota, representando a Secretaria de Saúde explicou que o plano é extenso e detalhado, abrangendo desde o histórico de Catanduva até os indicadores de atuação e as ações prioritárias a serem implementadas. Ela destacou que, devido à complexidade e à amplitude do documento, não seria possível apresentá-lo de forma

366 resumida naquela reunião, mas se colocou à disposição para esclarecer
367 dúvidas específicas dos conselheiros. Veteri informou que leu integralmente o
368 Plano Municipal de Saúde 2026-2029 e afirmou que, embora o trabalho de
369 elaboração tenha sido grande, a leitura não foi difícil. Ele destacou que um
370 dado lhe chamou muito a atenção: o índice de tentativas de suicídio, que,
371 segundo o plano, atinge 10% da população. Considerando esse número
372 elevado, Veteri questionou como é realizado o acompanhamento dessas
373 pessoas após o atendimento inicial. Ele mencionou que, em casos de tentativa,
374 o paciente é encaminhado ao hospital para procedimentos como
375 desintoxicação e atendimento médico, mas quis saber se, depois disso, há um
376 acompanhamento sistemático pelo CAPS ou pela Secretaria de Saúde.
377 Ressaltou ainda que conhece situações em que a pessoa não obteve êxito na
378 primeira tentativa, mas conseguiu na segunda, reforçando a importância de
379 esclarecer como ocorre esse acompanhamento. Alessandra explicou que a
380 rede psicossocial do município está bem estruturada e conta com dois CAPS: o
381 CAPS II, focado em saúde mental, que atende pessoas com depressão ou
382 algum tipo de deficiência mental, realizando busca ativa quando há notificação
383 ou solicitação da família, e o CAPS AD, voltado para álcool e drogas, que
384 também realiza acompanhamento e busca ativa. Ela destacou que o maior
385 desafio é a adesão ao tratamento, pois ninguém pode ser obrigado a se tratar,
386 mas a equipe realiza encaminhamentos e acompanhamento constante, com
387 resultados positivos. Alessandra mencionou ainda eventos recentes do
388 Setembro Amarelo, incluindo atividades no CAPS infantil, que atende quase
389 400 crianças, além de ações de sensibilização na praça e em outros postos.
390 Sobre suicídio infantil, ela afirmou que não há dados precisos ainda, pois o
391 CAPS infantil é recente e está em processo de estruturação, incluindo a
392 compra de uma sala sensorial, o que permitirá melhorar o atendimento.
393 Benedita solicitou que fosse convidado o senhor Nelson, gerente administrativo
394 da UPA, para participar da próxima reunião, a fim de esclarecer sobre o
395 funcionamento do laboratório, devido às recorrentes reclamações quanto à
396 demora na entrega dos exames. Veteri orientou que fosse elaborado um ofício
397 formalizando o convite. Em seguida, foi realizada a votação do Plano Municipal

de Saúde 2026-2029, que foi aprovado **por unanimidade**. Posteriormente, passou-se aos informes dos conselheiros municipais de saúde. Ana Carolina sugeriu a criação de uma comissão de saúde mental dentro do Conselho Municipal de Saúde, como forma de aprofundar os debates sobre o tema. Veteri explicou que existem três comissões permanentes obrigatórias, mas que outras podem ser criadas pelo plenário ou como grupos de trabalho, desde que haja interesse e demanda por parte dos conselheiros. Ressaltou ainda a importância da adesão voluntária, lembrando que já houve situações em que foi necessário praticamente impor a participação, por falta de manifestações espontâneas. Em seguida, abriu a palavra aos conselheiros. Marco Gussoni apresentou informações referentes ao trabalho da comissão de monitoramento dos contratos. Relatou que, conforme mencionado na reunião anterior, no último dia 18 ocorreu encontro da comissão, no qual foi concluída a avaliação do último trimestre, encerrado em junho. Foram realizados apontamentos em todos os livros e avaliações, sendo identificadas diversas glosas e situações recorrentes, especialmente relacionadas à cobrança de valores de prestadores de serviços já previstos em contrato, além de itens como manutenção de programas de computador e outros ligados à prestação de serviços. Explicou que, nos contratos nº 69/2020 e nº 118/2024, as glosas e questionamentos já foram consolidados e agora seguem para resposta. Entretanto, destacou como principal dificuldade o fato de que, desde que a administração judicial assumiu, as respostas não têm sido elaboradas por um grupo tecnicamente apto, o que tem atrasado as análises. Veteri observou que, em sua percepção, a intervenção foi instaurada com o objetivo principal de resolver questões de natureza criminal. Ressaltou, contudo, que outras dificuldades têm persistido, inclusive no âmbito do Conselho, quando são solicitadas providências que sequer recebem resposta. Destacou também a existência de divergências entre as informações repassadas pela interventora, pela secretaria e pelo setor jurídico, o que gera inconsistências. Relatou que, em determinado momento, ao confrontar a interventora após ouvir outras partes envolvidas, percebeu que suas declarações não se confirmavam, situação que a deixou desconfortável.

432 Veteri informou ainda que a interventora promoveu eleições para formação de
433 uma nova diretoria, a qual deverá ser reconhecida na esfera criminal, já que o
434 processo é acompanhado por juiz dessa área. Uma vez homologada, caberá a
435 essa nova diretoria a condução dos trabalhos, permanecendo, no entanto, os
436 problemas de ordem cível e trabalhista. Concluiu apontando que a intervenção
437 limitou-se essencialmente ao aspecto criminal, dificultando o andamento de
438 outras frentes de trabalho. Marco destacou que já havia comentado na reunião
439 anterior sobre o encontro realizado na segunda-feira que antecedeu a
440 operação, no qual houve apontamentos das autoridades, inclusive em relação
441 às contas e valores. Explicou que esses apontamentos foram encaminhados e
442 que houve um pedido de esclarecimento e de solução para a entidade.
443 Entretanto, logo após, na quinta-feira, ocorreu a operação e todos foram
444 afastados. A Prefeitura concedeu um prazo para que os esclarecimentos
445 fossem prestados, mas a responsável informou que não conseguiria cumpri-lo
446 devido a outras obrigações. Sobre a atuação da interventora, afirmou não estar
447 acompanhando diretamente, mas reconheceu que ela tem como missão
448 principal não deixar a instituição fechar as portas, ainda que enfrente grandes
449 dificuldades ao assumir a situação em andamento. Observou que, com a
450 eleição da nova diretoria, deverá haver continuidade, embora ainda não se
451 saiba de que forma. Ressaltou que, até o momento, apenas o livro do mês de
452 julho está disponível para avaliação, uma vez que em agosto não houve
453 entrega, e que a comissão segue trabalhando e apurando, mantendo a rotina
454 dentro da normalidade até que novos documentos sejam apresentados. Thaisa
455 esclareceu que, à época, a comissão havia identificado problemas na
456 prestação de contas, como movimentações entre a Fintech, ausência de saldo
457 de provisionamento e irregularidades no saldo das contas. Diante disso,
458 solicitou a rescisão contratual, tendo o setor jurídico realizado todos os
459 procedimentos necessários para sua formalização. Entretanto, conforme
460 mencionado anteriormente, a tramitação ocorreu na segunda-feira e, logo em
461 seguida, entre quarta e quinta-feira, foi deflagrada a operação, o que impediu a
462 conclusão do processo. Explicou ainda que a rescisão não pôde ser efetivada
463 por determinação judicial, já que a intervenção foi prorrogada pelo juiz por mais

465 60 dias, podendo inclusive haver nova prorrogação, a depender de decisão
466 judicial. Andréa Verna Pereira, representante do Distrito IV, fez um convite a
467 todos os conselheiros para que participem da leitura e análise dos livros
468 disponíveis, ressaltando que já esteve presente em quatro ocasiões e
469 reconhece a dificuldade desse processo, especialmente pelo volume e pela
470 complexidade das informações. Ela destacou que cada pessoa pode enxergar
471 aspectos diferentes e, por isso, a comissão deve servir como espaço coletivo,
472 evitando conflitos pessoais e favorecendo o trabalho conjunto. Compartilhou
473 que sempre pede explicações durante as reuniões e, assim, está aprendendo
474 gradualmente. Andrea também pediu que todos mantenham a cordialidade e o
475 respeito com a responsável técnica, reconhecendo seu esforço. Incentivou os
476 colegas a anotarem os pontos importantes durante a leitura, indicando páginas
477 e observações, para que o aprendizado seja mais proveitoso. Finalizou
478 reforçando o convite à participação coletiva, de forma colaborativa e sem
479 brigas. Thaisa fez questão de registrar agradecimentos, destacando o apoio do
480 doutor Marco Gussoni e também a colaboração de Dona Benedita, além dos
481 conselheiros presentes. Ela lembrou que os membros são indicados
482 formalmente, conforme a legislação, mas cada um também traz consigo um
483 conhecimento próprio e valioso que contribui para os trabalhos. Ressaltou a
484 dedicação dos integrantes da comissão, elogiando especialmente o empenho
485 dos participantes mais jovens, que têm se mostrado muito ativos. Citou
486 também a contribuição de Léo, que tem participado e agregado sua experiência
487 ao processo. De forma descontraída, Thaisa comparou o trabalho da comissão
488 a uma investigação detalhada, quase como um “CSI”, mencionando até
489 pesquisas feitas no Google para esclarecer pontos e reforçar o
490 comprometimento coletivo. Veteri destacou a importância da fala da Andrea
491 Verna, reforçando que a responsabilidade de analisar os documentos e tomar
492 decisões não é só da comissão ou do grupo de trabalho, mas de todos os
493 conselheiros. Ele enfatizou que, independentemente da indicação ou vínculo
494 com alguma entidade, cada conselheiro deve se comprometer com o papel
495 para o qual foi eleito, sem inventar desculpas para se ausentar. Ele explicou
496 seu próprio processo de verificação: ao receber uma informação, conferiu

498 pessoalmente todos documentos para confirmar se os dados estavam corretos,
499 mostrando que nem sempre o que é informado inicialmente corresponde à
500 realidade. Veteri exemplificou situações de possíveis irregularidades que ele
501 mesmo investigou, como notas de valores suspeitos e vínculos de empresas
502 com funcionários da prefeitura, usando CNPJs para checar fatos. Além disso,
503 ele comentou sobre as dificuldades práticas do trabalho voluntário, como a falta
504 de estacionamento para conselheiros, que podem desanimar a participação.
505 Ressaltou que, mesmo que não esteja na lei, pequenas providências poderiam
506 facilitar a dedicação do grupo. Por fim, incentivou a dedicação voluntária e o
507 esforço contínuo, mesmo diante de obstáculos ou oposição, destacando que o
508 compromisso de cada conselheiro é fundamental para o bom funcionamento do
509 conselho. Ele encerrou reforçando a importância da colaboração de todos.
510 Benedita comentou sobre a questão da corrente (restrição de estacionamento
511 ou acesso) no conselho, apontando que ela considera estranho que existam
512 lugares em que só usuários ou clientes podem acessar ou estacionar, mas que,
513 no conselho, os próprios conselheiros, que realizam trabalho voluntário, não
514 tenham a mesma facilidade. Ela expressou estranheza diante dessa limitação.
515 Maria Aparecida, representante do Distrito 1, relatou que há muitas
516 reclamações sobre o transporte de pacientes. Ela explicou que o problema não
517 é culpa do motorista, mas sim que a demanda do Distrito 1 está
518 sobrecarregada. Isso está fazendo com que pacientes percam horários de
519 atendimento médico, mesmo com apoio adicional, que ainda assim não está
520 dando conta. Ela solicitou que fosse feita uma verificação ou alguma medida
521 para melhorar a situação. Alessandra explicou que, sempre que chega uma
522 ouvidoria, eles verificam pontualmente se a reclamação procede. Ela citou um
523 caso recente em que houve dúvida sobre um paciente não ter sido buscado,
524 mas ao conferir, constatou que o transporte ocorreu corretamente. Ela detalhou
525 que atrasos podem ocorrer em consultas dentro da própria unidade, mas não
526 em consultas externas agendadas em lugares como AME, Emílio Carlos ou
527 Padre Albino, pois nesses casos o atraso significa perda da vaga. Por isso, a
528 prioridade do transporte é para essas consultas externas, enquanto os
529 deslocamentos dentro da unidade podem atrasar um pouco. Alessandra

531 também comentou que o aumento nos números de transporte foi significativo,
532 mas não houve registro de pacientes perdendo consultas externas. A inclusão
533 de pacientes para transporte não é obrigatória, mas é feita por boa vontade da
534 equipe. Ela mencionou que recentemente enfrentaram dificuldades com
535 combustível e que, atualmente, a logística de transporte está dividida: a
536 secretaria cuida das viagens entre 4h30 e 7h da manhã, e há um tempo limite
537 de até duas horas para buscar pacientes, embora isso esteja sendo
538 ultrapassado devido à demanda e à população idosa do distrito. Alessandra
539 elogiou bastante a Carla, destacando seu comprometimento e dedicação ao
540 trabalho, mesmo fora do horário normal, incluindo noites e finais de semana,
541 sempre buscando resolver os problemas do transporte. Ela também mencionou
542 o Serginho, que auxilia no serviço, e comentou que o transporte durante o dia é
543 feito por outra equipe. Ela reconheceu que o Distrito 1 enfrenta aumento de
544 demanda e que há necessidade de mais veículos, mas alertou que isso não
545 será resolvido imediatamente. Alessandra enfatizou que, apesar das
546 dificuldades, a equipe faz esforços extras, pegando transporte de outros
547 setores quando necessário, para não deixar pacientes sem atendimento. Ela
548 pediu compreensão de quem utiliza o serviço, destacando que há muitos
549 idosos e pessoas em situação difícil, e que a equipe faz o possível para ajudar
550 dentro das limitações. Veteri iniciou destacando que Thaisa e Léo participaram
551 de um curso de formação em São José do Rio Preto, promovido pela DRS, e
552 mencionou que acharam o material do curso interessante. Ele comentou sobre
553 a intenção de disponibilizar o livro para todos os conselheiros, criando uma
554 espécie de biblioteca no conselho, e convidou quem tiver publicações
555 relacionadas ao SUS ou conselhos de saúde a doá-las ao Léo. Em seguida,
556 deu boas-vindas a Luciana Brás, da Unifipa. Veteri também lembrou os
557 conselheiros sobre a audiência pública marcada para sexta-feira, dia 26, às
558 10h na Câmara Municipal, reforçando a importância da presença para tirar
559 dúvidas e acompanhar a apresentação do Adriano. Por fim, passou a palavra
560 ao senhor Antônio Bento, seguindo o procedimento de votação para quem
561 queria conceder a palavra a ele. Antonio Bento iniciou agradecendo os votos
562 recebidos (dez a favor e seis contra), ressaltando seu senso de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

564 responsabilidade e a importância da consciência prática no exercício do
565 conselho. Ele destacou que o conselho deve desenvolver consciência política e
566 do bem-estar da população, lembrando que conhecimento teórico sem
567 aplicação não é suficiente, e enfatizou a necessidade de arrumar a própria
568 “casa” em Catanduva antes de olhar para instâncias estaduais ou federais.
569 Guido complementou mencionando a entrega do certificado da moção feita por
570 Benedita ao doutor Ricardo, destacando a gratificação de acompanhar a
571 atuação do profissional e incentivando o compartilhamento nas redes sociais
572 do conselho. Veteri encerrou a reunião informando que passará a acompanhar
573 a Comissão de Finanças e declarou o término da reunião. Eu, Leonardo
574 Azevedo Vendramini, secretariei a sessão e lavrei a presente ata, que após lida
575 e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

576 Alessandra Merighi Montes Mota_____

577 Ana Carolina Cordeiro Rulli_____

578 Andréa Verna Pereira_____

579 Benedita de Fátima Donadon_____

580 Giselda Mara Orlando Gozzo_____

581 Gislaine Terezinha Grandizolli Martani_____

582 Guido Corsini Neto_____

583 Irma Nery Martins_____

584 Luciana Braz de Oliveira Paes _____

585 Marco Cesar Gussoni_____

586 Maria Aparecida de Oliveira Martins_____

587



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

- 589 Marjori Americano Ribeiro de Souza_____
- 590 Marina Domingos Vitor_____
- 591 Marina Mendes Gomes Silva_____
- 592 Nadir de Oliveira_____
- 593 Newton Fernando Veteri_____
- 594 Simone Aparecida Trovó_____
- 595 Sérgio Menoci Rodrigues Dos Santos_____
- 596 Thaisa Garcia Vicente de Oliveira_____
- 597 Leonardo Azevedo Vendramini_____